



Assistentes sociais no combate ao racismo, da formação ao exercício profissional

Social Workers in the fight against racism, from training to professional practice

Francisco Flávio Eufrazio*

 <https://orcid.org/0000-0002-6835-349X>

RESUMO

O objetivo do trabalho corresponde a realizar aproximações com a proposta da formação e do exercício profissional de assistentes sociais antirracistas, na perspectiva de contribuir no fortalecimento da luta contra o racismo e na promoção de uma cultura profissional antirracista. Para tal, realiza detalhamento acerca das ações do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS para a atuação profissional e formação de assistentes sociais antirracistas. Tece análises acerca do racismo estrutural e estruturante das relações sociais e destaca as cotas raciais na educação superior como uma das conquistas históricas da insurgência negra. Faz balanços sobre os avanços do Serviço Social relacionados à formação e exercício profissional, bem como acerca da promoção da formação antirracista de assistentes sociais. Por fim, considera, mediante revisão bibliográfica, que a promoção da formação antirracista de assistentes sociais com direcionamento ao exercício profissional é pertinente ao combate do racismo tanto interno quanto externo à profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social; Formação Antirracista; Exercício Profissional Antirracista; Racismo.

ABSTRACT

The objective of the work is to make approximations with the proposal of training and professional practice of anti-racist social workers, in the perspective of contributing to the strengthening of the fight against racism and the promotion of an anti-racist professional culture. To this end, it details the actions of the CFESS/CRESS and ABEPSS set for the professional performance and training of anti-racist social workers. Weaves analyzes the structural and structuring racism of social relations and highlights racial quotas in higher education as one of the historical achievements of the black insurgency. It takes stock of the advances of Social Work related to training and professional practice, as well as the promotion of anti-racist training of social workers. Finally, it considers, through a literature review, that the promotion of anti-racist training of social workers with a focus on professional practice is pertinent to the fight against racism both internal and external to the profession.

KEYWORDS

Social Work; Anti-racist Training; Anti-racist Professional Practice; Racism.

*Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN, Mossoró, Brasil). Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). E-mail: franciscoflavioeufrazio@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p105-120



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

Em 2017, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) aprovaram no fórum máximo da categoria profissional a campanha: Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, a qual correspondeu à gestão de direção do conjunto CFESS-CRESS no triênio 2017–2020. Segundo o sítio eletrônico da campanha¹, quatro foram os objetivos da gestão. O primeiro visava dialogar com toda a categoria profissional, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade em geral sobre o racismo. O segundo buscava incentivar a categoria de assistentes sociais a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade para as ações que já ocorrem. O terceiro se propôs a denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo, e o quarto valorizaria a população e a cultura negra.

Pelos avanços no combate ao racismo por parte da categoria profissional, fica evidente que a gestão alcançou os objetivos propostos na campanha. Isso se evidencia na vasta produção de materiais políticos que denunciavam (e ainda denunciam) as desigualdades sociais presentes no cotidiano da população negra e as formas de racismo presentes no Brasil. Além do conteúdo informativo dos materiais, ações realizadas pelo conjunto CFESS-CRESS fortaleceram o intuito de debater e combater o racismo no exercício e/ou no cotidiano profissional dos assistentes sociais.

A adesão da categoria profissional à campanha foi maciça e a articulação dos profissionais foi expressiva, sobretudo na participação dos profissionais em momentos de debates sobre a temática do racismo, bem como na produção de conhecimento crítico sobre o racismo e as desigualdades raciais — exemplo disso são as sugestões para introdução do debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social, as quais podem ser encontradas na plataforma antirracista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Embora a denúncia e o combate ao racismo por parte dos assistentes sociais não date de 2017, já que há referência dessa luta no Código de Ética de 1993, especificamente no 11º princípio fundamental e norteador do exercício profissional, a campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo se configurou como um marco histórico nesses quase 90 anos da existência do Serviço Social no Brasil, pois a profissão reconheceu a necessidade de fortalecer e qualificar ainda mais sua atuação (e formação) profissional contra toda e qualquer forma de cerceamento de direitos da população negra decorrente de possíveis atitudes racistas, preconceituosas e/ou discriminativas.

Durante os anos da campanha, o país enfrentou retrocessos políticos e sociais expressivos, a exemplo da revitalização do conservadorismo, do autoritarismo, da autocracia burguesa e da extrema-direita reacionária e fascista, bastante fortalecida tanto pelo impeachment da presidenta democraticamente reeleita Dilma Rousseff, em 2016, quanto pela ascensão de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República, em 2018.

¹Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Disponível em: <https://servicosocialcontraracismo.com.br/>. Acesso em: 09 set. 2024.

Mesmo diante de um contexto desfavorável às lutas e resistências da classe trabalhadora, o Serviço Social se propôs a combater mais fortemente o racismo presente na sociedade brasileira, ao incentivar um exercício profissional que busque eliminar e combater no seu cotidiano profissional a discriminação e o preconceito de raça e/ou etnia como garantia a possibilitar o exercício da cidadania, da liberdade, do respeito e da justiça social.

O incentivo da categoria profissional no combate ao racismo não terminou com a conclusão da campanha de gestão Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, porque ela se faz contínua e latente, agora na promoção de uma cultura formativa de profissionais antirracistas, capazes de compreender o racismo como estruturante das relações sociais, como integrante do capitalismo e como elemento fundante da “questão social” no Brasil. Isso ficou muito evidente nos momentos da sétima edição da ABEPSS itinerante durante o primeiro semestre de 2024 nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) em Serviço Social que compõem as Regionais da ABEPSS. A temática da sétima edição foi: “As diretrizes curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos” que desembocou na 18ª edição do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) com a temática: “Relações de classe e raça-etnia: desafios a uma formação emancipatória no Serviço Social”.

Esses momentos revelaram que o Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, como área que produz conhecimento, que reivindica a teoria social de Marx como a única capaz de interpretar e transformar a realidade, tem incentivado apreensões dialéticas sobre racismo em seu processo formativo, buscando compreendê-lo como dimensão constitutiva da totalidade social e como determinação das relações sociais na particularidade brasileira.

Após essa sumária apresentação da campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo e dos avanços por ela produzidos na tarefa hercúlea do enfrentamento ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial no Brasil, apresento a estrutura e o objetivo do conteúdo. Quanto ao objetivo, ele corresponde a realizar aproximações com a proposta da formação e do exercício profissional de assistentes sociais antirracistas, na perspectiva de contribuir no fortalecimento da luta contra o racismo e na promoção de uma cultura profissional antirracista. No que se refere à estrutura, o conteúdo é dividido em três partes após esta introdução. No primeiro item, há sínteses acerca do racismo a partir das contribuições de: Almeida (2020); Fernandes (2008), Moura (2020), Nascimento (2016) e Eufrazio (2023). No mesmo item, há destaque do enfrentamento ao racismo pela insurgência negra por meio da imprensa jornalística negra e das organizações políticas de negros (Fernandes, 2008; Nascimento, 2016; Moura, 2020). Ainda no mesmo momento de exposição, exemplifico as cotas raciais na educação superior como uma de muitas conquistas da insurgência negra no combate ao racismo, em particular ao racismo acadêmico² (Nascimento, 2016).

Logo após, no segundo item, há balanços sobre a promoção da formação antirracista de assistentes sociais a partir de análises do relatório produzido pela ABEPSS sobre “a

² O racismo acadêmico é uma dimensão constitutiva do racismo estrutural que permeia espaços educacionais públicos ou privados, ressoando na produção de conhecimento de maneira a petrificar a população negra como múmia de laboratório, por vezes impedindo e/ou reduzindo a ciência produzida por negros.

inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017–2022)”. Ainda no mesmo item, são indicadas sugestões sobre uma formação antirracista de assistentes sociais que desemboque num exercício profissional antirracista de qualidade crítica, propositiva e transformadora. Também no mesmo momento de exposição do conteúdo, encontram-se balanços sobre os avanços do Serviço Social e destaques sobre as principais contribuições da proposta da formação antirracista para o combate ao racismo, tanto interno quanto externo à profissão.

Por fim, o trabalho considera que, ao promover uma formação antirracista com direcionamento ao exercício profissional, o Serviço Social instrumentaliza seu corpo profissional para combater de forma crítica, qualificada, propositiva e política toda e qualquer forma de racismo, preconceito ou discriminação racial; assim, não apenas fortalecendo o núcleo da formação ou do exercício profissional, mas, também, contribuindo na luta da população negra contra o racismo estrutural e institucional.

Do racismo, da insurgência negra e das cotas raciais na educação superior

O racismo é um dos determinantes societários e estruturais das relações sociais que se desenvolvem no Brasil. Nele se materializa um conjunto de práticas racistas fundamentadas na concepção de raças, as quais no Brasil vivem experiências desiguais e combinadas (Eufrazio, 2023). Para Almeida (2020, p. 34), o racismo é constituído por processos históricos e conjunturais, dos quais “condições de subalternidade e de privilégio [...] se distribuem entre grupos raciais [e] se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas”.

Para Eufrazio (2023), o racismo está impregnado no cotidiano, na dinamicidade e na capilaridade das relações sociais, raciais e de gênero e sexo. Para o autor, o racismo faz da sociedade de classes uma sociedade dividida também racialmente, porque incorpora aspectos alienantes e alienadores que edificam populações raciais ao instante que diminuem outras. Apoiado nas contribuições de Almeida (2020), Eufrazio (2023) indica que o racismo não é determinação societária e estrutural estática, tampouco neutra. Segundo o autor, “por não ser estático, o racismo está em constante alteração, principalmente quando ocorrem mudanças nos procedimentos de dominação e de conquista de poder, seja no campo político, social ou econômico” (Eufrazio, 2023, p. 125). Não é neutro porque compõe um conjunto de formas de dominação do capitalismo brasileiro, ao se relacionar com as determinações de gênero/sexo e classe, desta forma, fazendo parte de “um nó indissociável, integralmente dependente, socialmente diversificado, historicamente reinventado e [dinamicamente] unido” (Eufrazio, 2023, p. 125).

Para Fernandes (2008), o racismo é uma herança inevitável da ordem senhorial e escravista, que se prolonga e se reproduz em nossos dias na medida em que se mantém e se revitaliza. Já para Moura (2020), as ações racistas realizadas no Brasil fazem parte de uma cultura societária que percebe o negro como o polo negativo dos valores brancos e dos princípios capitalistas. Nesse caso, para o autor, fica evidente que o Brasil ainda carece de mudanças profundas e contínuas para construir um modelo de sociedade antirracista (Moura, 2020).

Situações indignas e ignominiosas vividas, mas enfrentadas por negros na atualidade, refletem um país habituado ao racismo, como produtor e reproduzidor das bases materiais e ideológicas do sistema capitalista que se desenvolveu no país. Algo que revela que o fim do escravismo não representou o fim da desigualdade racial (Moura, 2019, 2020). Um ano após a Abolição, o Estado jurídico-político foi estabelecido no Brasil, em 1889 (Fernandes, 2020). Contudo, tal Estado não assegurou relevantes ganhos materiais ou simbólicos para os negros que passaram de escravizados para a condição de homens livres sem condições materiais de liberdade (Eufrazio, 2023), isso porque

As transformações histórico-sociais, que alteraram a estrutura e o funcionamento da sociedade, quase não afetaram a ordenação das relações raciais, herdadas do antigo regime. Ela se perpetuou com suas principais características obsoletas, mantendo o negro [...] numa situação social desalentadora, iníqua e desumana (Fernandes, 2008, p. 7).

Com perspectiva de reverter esse quadro societário, no alvorecer do século XX, os negros qualificaram ainda mais seus movimentos organizativos, criando e recriando, estrategicamente, dezenas de grupos de resistência nos estados e nos bairros comunitários como táticas de organização e articulação política com proposições de combate ao racismo (Fernandes, 2008; Nascimento, 2016). Cria-se uma série de medidas com finalidades de denúncia das condições indignas e ignominiosas impostas sobre a população negra, como também atuando como ferramentas de divulgação das reivindicações de direitos sociais para os negros (Fernandes, 2008; Nascimento, 2016; Moura, 2019).

Destaca-se o crescimento da empresa jornalística voltada a fomentar o debate público sobre questões relacionadas à discriminação e o preconceito racial, a exemplo d'O Clarim d'Alvorada; O homem de cor; A voz da raça e outros meios de comunicação comprometidos com a luta negra (Fernandes, 2008). A imprensa negra, majoritariamente escrita e dirigida por negros organizados, preocupou-se com o destaque do protagonismo e das conquistas produzidas pela insurgência negra (Moura, 1987), tanto voltadas aos seus pares quanto aos demais segmentos raciais pauperizados da sociedade brasileira.

Mais que isso, a insurgência negra e, com ela, as medidas de comunicação, de informação e de organização negra pautaram (como ainda pautam) discussões sobre a desconstrução da ideologia da democracia racial e sobre a necessidade da formação de uma sociedade antirracista e anticapitalista (Fernandes, 2008; Moura, 2019; Nascimento, 2016). Não obstante, destaca-se também nesse período (primeira quadra do século XX) a contribuição do primeiro partido político com preocupações raciais e comprometido com a promoção de mudanças radicais e de transformação da realidade do negro: a Frente Negra Brasileira (1931). Fruto do propósito de elevar o nível econômico e intelectual de negros, a Frente contribuiu fortemente na criação da União dos Homens de Cor (1943): associação que pautou as demandas socioeconômicas de negros junto às instituições representativas da sociedade civil (Fernandes, 2008; Moura, 2019; Nascimento, 2016).

Foram ações organizativas da população negra que resultaram num reconhecimento e num pertencimento racial, que revelam significado e potencial da luta negra com a eliminação da opressão, da exploração e das desigualdades próprias do capitalismo.

Igualmente, essas ações se constituíram como referenciais à atual luta de negros, a exemplo do Movimento Negro Unificado (MNU), que deu sequência à grande maioria das ações empreendidas por personalidades da luta negra que o antecederam e que inspiram a atual geração de negros na luta por uma sociedade antirracista, anticapitalista, antipatriarcal etc.

Segundo Lélia Gonzalez (1982),

Além da contribuição das entidades culturais, vale ressaltar que as entidades negras de massa, apesar de todas as tentativas de manipulação por parte do Estado Novo, continuaram seu projeto de resistência cultural, [tendo em vista a continuidade de suas ações por igualdade racial] (Gonzalez, 1982, p. 27).

Isso fica bastante aparente quando relembramos que o sistema de cotas raciais na educação superior resultou da intensa luta de negros e demais segmentos raciais e sociais por uma universidade pública para os filhos da classe trabalhadora.

Para além de oferecer aos filhos da classe trabalhadora o acesso a universidades públicas através do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) com base na média da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o sistema de cotas raciais também se configura como uma reparação histórica para com os negros, indígenas e pobres. Mais que isso, se caracteriza como uma conquista da luta negra em incentivar uma cultura do pensamento negro qualificado e especializado, com perspectiva de romper com habitualidades cientificistas de convenção do negro como objeto de estudo e como múmia de laboratório (Nascimento, 2016).

Para Costa Silva (2016, p. 69), o sistema de cotas entra

Como parte de um conjunto de ações afirmativas, cuja finalidade é promover, através das novas oportunidades educacionais, uma melhor inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que essas pessoas - negros, indígenas e pobres - têm sido vítimas de desigualdades provenientes de um processo histórico de exclusão de oportunidades.

Segundo dados do Ministério da Educação, em 2019, 55 mil estudantes pretos e pardos (negros) ou indígenas ingressaram no ensino superior. Sem as cotas étnico-raciais, esse número seria de 19 mil, menos da metade, como estimado pelo respectivo Ministério³. Esse quantitativo convida-nos a refletir que a busca pelo ensino superior por parte de pessoas negras, indígenas e pobres tem se configurado como uma possibilidade de transformação social e pessoal pela educação.

Soma-se ao sistema de cotas raciais a política de assistência estudantil que visa garantir, mediante bolsas de estudos, residências universitárias e alimentação, a permanência de estudantes negros, indígenas e pobres no ensino superior, mas que, devido às políticas neoliberais de combate aos direitos sociais, tem sido sucateada (Lima, 2022). Algo que implica direta e negativamente na efetividade das cotas raciais, porque não basta apenas

³ Ver mais em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/mec-divulga-pesquisa-sobre-desigualdade-racial-na-educacao>. Acesso em: 23 out. 2024.

ofertar vagas para negros, indígenas e pobres, é preciso que essa oferta esteja acompanhada da permanência de qualidade no ensino superior (Carvalho, 2022).

Para além do desafio da permanência de cotistas no ensino superior, que revela tanto o racismo institucional em instituições públicas, quanto o desfinanciamento/subfinanciamento da educação pública mediante o incentivo e crescimento do ensino privado; as cotas raciais, ainda assim, têm se configurado como ação política de reconstrução das relações sociais e raciais no Brasil, além de assegurarem efetividade e continuidade de políticas específicas voltadas à igualdade racial.

E é na esteira desse processo histórico da luta pela superação do racismo e pela promoção da igualdade entre os segmentos raciais que constituem a sociedade brasileira, que o Serviço Social tem incentivado, sobretudo a partir de 2017, um exercício profissional antirracista de seu corpo profissional que hoje desemboca no incentivo da formação profissional igualmente antirracista, significando um avanço da categoria profissional, já que o “Serviço Social se constituiu como profissão, atuante junto à classe trabalhadora e pauperizada, em um contexto pautado pelo racismo como mediador das relações sociais capitalistas” (Correia; Alcantara, 2023, p. 65).

Da formação e do exercício profissional de assistentes sociais no combate ao racismo

O Serviço Social brasileiro vem empreendendo avanços significativos relacionados ao exercício profissional, sobretudo após 1979 com o “Congresso da Virada”, o qual substancializou as imposições da categoria profissional frente a uma ambiência politicamente autocrática e autoritária cerceadora da autonomia e da organização política de sindicatos e de movimentos sociais contrários à continuidade do regime militar, porque evidenciou um salto de qualidade da categoria profissional na sua diáspora de afastamento e rompimento com suas protoformas conservadoras de constituição profissional.

A eliminação de práticas burocráticas, conservadoras e reducionistas do exercício profissional, somada à constante articulação de profissionais com movimentos e lutas sociais, além do posicionamento da categoria profissional a favor do fortalecimento da emancipação política propulsora da emancipação humana, tem contribuído para impulsionar a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo. Ao concatenar conquistas da categoria profissional com conquistas da classe trabalhadora, o Serviço Social fortalece seu projeto ético e político, ao instantaneizar que articula seu projeto profissional a um projeto societário emancipatório, livre de toda e qualquer forma de dominação e exploração burguesa.

Tal como no exercício profissional, o Serviço Social tem igualmente avançado e aperfeiçoado a sua formação profissional. Por meio de atividades de estágio (as quais são estabelecidas nas Diretrizes Curriculares (DC) do Serviço Social como componente obrigatório da formação profissional, devendo ser realizadas mediante supervisão direta de campo e de docência, como disposto na Resolução n.º 533/2008 e aprovada pelo CFESS) (CFESS, 2008), a categoria profissional fortalece a unidade entre teoria e prática, no sentido de possibilitar ao estudante em formação inserido no campo de estágio: compreensões de que as expressões da questão social que se apresentam para o profissional supervisor de campo e a si enquanto estagiário, não são desassociadas de

ações políticas planejadas (Dreifuss, 1989), com referências ao real e ao antagonismo de classes, mesmo que elas — as expressões da questão social — aparente ou imediatamente, não pareçam ter no real raiz (Caputi, 2016).

Outro avanço do Serviço Social no seu processo formativo é a defesa do tripé da universidade pública. Ao promover cursos de extensão universitária (os quais são essenciais ao conhecimento da realidade para além daquela que se apresenta contida pelos muros da universidade) e de projetos de pesquisa (simultaneamente relacionados ao ensino gratuito, inclusivo e universal) como elementos também constituintes do processo formativo, a categoria profissional, mesmo diante da transformação da universidade pública de instituição social à organização social operativa (Chauí, 2003), tem resistido e buscado promover uma formação profissional de qualidade, socialmente referenciada e filiada ao projeto societário da classe trabalhadora.

Também, mediante cursos de qualificação pós-graduada em níveis *lato* e *stricto sensu* (os quais tiveram notável crescimento na década de 1970, como resultados da expansão dos cursos de graduação em Serviço Social devido à obrigatoriedade de haver uma formação superior em Serviço Social como exigência estabelecida pela institucionalização do Serviço Social como profissão em 1945) (Abramides, 2016), a profissão avança em pesquisas robustas e nacionalmente reconhecidas e valorizadas, sobretudo por instituições públicas, a exemplo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Obviamente, mediante esses avanços, a categoria profissional não deixa de denunciar as dificuldades dos profissionais em buscarem uma pós-graduação, devido às transformações no mundo do trabalho que recaem sobre o exercício profissional na forma do sobretrabalho, de relações de trabalho flexibilizadas e nas condições do trabalho precarizado, as quais podem se configurar como possíveis desafios à promoção de profissões antirracistas já diplomados.

Outros avanços da formação em Serviço Social estão na promoção de momentos de encontro da categoria profissional, seja nos Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), nos ENPESS ou nos encontros da Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO): momentos ímpares de compartilhamento de saberes, experiências e conhecimentos, além de se configurarem momentos oportunos de debates e avaliações sobre os rumos do Serviço Social no Brasil.

Não esqueçamos da produção de conhecimento crítico como resultado da sucessiva aproximação da categoria profissional à teoria social de Marx: um avanço axial da formação em Serviço Social mesmo num contexto de ambiência política e ideológica incentivadora de pensamentos identitários, irracionais, alienados, ecléticos e reducionistas da totalidade social, a exemplo das teorias pós-modernas e dos seus apologéticos preciosistas que reivindicam a compreensão da totalidade a partir de uma fragmentação do todo, ao instante que anunciam haver crise na tradição marxista, como forma estratégica de vulgarizá-la.

Felizmente, mesmo diante do cenário de crescimento de perspectivas teóricas fragmentadoras da totalidade (Rodrigues, 2006), o Serviço Social avança na produção de conhecimento crítico voltado a defender os interesses da classe trabalhadora. Não é à toa

que o Serviço Social brasileiro cada vez mais consolida uma cultura formativa orientada pelo e para o projeto revolucionário da classe trabalhadora, como também tem se tornado referência nacional e continental; exemplo disso é o resgate feito pela professora Ana Elizabete Mota acerca da grande procura pelos cursos de pós-graduação na área do Serviço Social brasileiro por pesquisadores de outras áreas do conhecimento ao nível nacional e internacional (Mota, 2013).

Um significativo avanço que se evidencia mais fortemente na atualidade é o compromisso da categoria profissional com uma formação antirracista de assistentes sociais. Para Correia e Alcantara (2023), o Serviço Social, ao promover uma cultura formativa antirracista, tem ampliado

A sua análise para intervir qualitativamente na realidade social. Inclusive, considerando que o trato da questão social e suas expressões na atualidade [embricam-se com] determinações estruturais [e históricas] que alimentam a desigualdade social (Correia; Alcantara, 2023, p. 70).

Ainda segundo as autoras, o Serviço Social, ao promover uma formação antirracista de assistentes sociais, ratifica seu compromisso ético e político com a classe trabalhadora. Para a ABEPSS, a promoção de uma formação antirracista da categoria profissional de assistentes sociais é oportuna e necessária, não apenas para combater o racismo no Brasil, mas para aperfeiçoar ainda mais a qualificação/capacitação teórico-metodológica e técnico-operativa de profissionais, para além de requisições técnicas e instrumentais na inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho (ABEPSS, 2018).

Além disso, ao promover uma formação antirracista, num contexto de crise do capital (Mészáros, 2011), de desfinanciamento/subfinanciamento das políticas da Seguridade Social (Behring, 2021) e de agudização da exploração do trabalho pelo capital (Neves, 2022), o Serviço Social se coloca no cenário de disputa de projetos societários como classe trabalhadora e como profissão com significado e direção social (Iamamoto, 2014). Isso porque a formação antirracista de assistentes sociais pode oferecer subsídios para a profissão qualificar ainda mais suas elaborações críticas sobre o racismo estrutural e estruturante das relações sociorraciais. Para além da crítica ao racismo, uma formação antirracista poderá promover e intensificar o combate às práticas racistas presentes tanto no cotidiano profissional quanto fora dele.

No ambiente profissional, o assistente social deve buscar combater o racismo estrutural e institucional ao incentivar práticas laborais antirracistas como medida para visibilizar a dimensão racial das demandas por direitos sociais e desenvolver atividades conjuntas entre profissionais e usuários capazes de identificar práticas racistas que surjam no ambiente de trabalho (CFESS, 2018, 2020). Para isso, é importante que o assistente social procure se atualizar na temática, seja através da leitura das constantes publicações do CFESS Manifesta; seja pelo acompanhamento de possíveis mudanças nos marcos legais ou participando de encontros da categoria profissional, ou se envolvendo em movimentos sociais que pautem a temática da questão étnico-racial. Ao fazer isso, o profissional não apenas contribuirá para um exercício profissional antirracista, mas também para consolidar uma formação antirracista, principalmente através dos momentos de supervisão de estágio direta.

Fora do ambiente de trabalho, o incentivo a uma formação antirracista poderá contribuir no fortalecimento da organização de assistentes sociais enquanto sujeitos políticos e enquanto classe trabalhadora. Igualmente, ela poderá consolidar mais ainda a unidade entre lutas de classes e lutas de raças, ao ter como uma de suas premissas evidenciar que “classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só pode se recompor em uma unidade mais complexa, uma *sociedade nova*” (Fernandes, 2017, p. 85).

O Serviço Social tem avançado significativamente na promoção de uma formação antirracista de assistentes sociais, tanto ao nível de graduação quanto de pós-graduação. Através do incentivo a pesquisas relacionadas à temática étnico-racial ou promovendo momentos de debate e de deliberações, a categoria profissional tem buscado encontrar estratégias para generalizar nos cursos de graduação e de Pós-Graduação discussões sobre a questão étnico-racial, com intenção de promover de forma qualificada e permanente: a formação antirracista.

Em 2018, por exemplo, a ABEPSS lançou os subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social, com o objetivo de incluir e fortalecer o debate da questão étnico-racial no processo formativo de assistentes sociais, vinculando-o com atividades de ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2018). Mais que isso, a ABEPSS em 2022, durante o XVII ENPESS, fez o lançamento da plataforma antirracista: ferramenta digital importante na promoção de uma formação antirracista de assistentes sociais por dispor de sugestões e referenciais teóricos para introduzir e manter na formação em Serviço Social o debate sobre a questão étnico-racial (ABEPSS, 2022).

É possível encontrar na respectiva plataforma um relatório bastante interessante acerca das relações étnico-raciais como objeto de estudo, campo de pesquisa e de trabalho no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social (ABEPSS, 2022). O relatório, além de oferecer informações qualitativas sobre a temática étnico-racial, dispõe de dados quantitativos referentes ao perfil docente das coordenações dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Segundo informações do relatório, 28,6% dos coordenadores de cursos de Pós-Graduação em Serviço Social se autodeclararam negros (22,9% parda e 5,7% preta) de um total de 33 mulheres e dois homens. Esse dado nos convida a pensar uma formação antirracista de assistentes sociais de médio e longo prazo, realizada por docentes majoritariamente negros, tendo em vista a tendência crescente de profissionais negros à procura de cursos de especialização e qualificação na área do Serviço Social (Santos, 2022).

A possibilidade da formação permanente, acompanhada do crescimento de vagas reservadas às cotas em concursos e seleções públicas, tem incentivado cada vez mais assistentes sociais, e em particular assistentes sociais negros, a buscarem os cursos de Pós-Graduação, em especial mestrado e doutorado, como estratégias de conseguirem melhores rendimentos ou atuarem em outras áreas, como na docência, por exemplo. Por outros dados divulgados pelo conjunto CFESS-CRESS em relação ao perfil de assistentes sociais no Brasil⁴, convenço-me de que o incentivo a uma formação antirracista de

⁴Dos 44 mil assistentes sociais que participaram da pesquisa relacionada ao levantamento do perfil de assistentes sociais realizada pelo conjunto CFESS-CRESS, 92,92% se identificam com o gênero feminino e 50,34% se autodeclararam negras. Ver Tabela 2 - Distribuição por Identidade de Gênero, p. 24; e Tabela 5 -

assistentes sociais revela respostas adotadas pela categoria profissional diante das “mudanças na composição social do corpo profissional” (Netto, 1999, p. 5).

Ao promover uma formação antirracista de assistentes sociais, o Serviço Social consolida cada vez mais a perspectiva de um processo formativo contra-hegemônico à lógica do capital, ao se contrapor ao projeto neoliberal de educação e formação profissional, ambas voltadas para a tecnificação do conhecimento e da ciência (Santos, 2024), o qual (neoliberalismo) as readéqua (educação e formação) à condição de mercadoria com finalidade reprodutiva dos interesses da classe economicamente dominante (Cardoso; Nunes; Rodrigues, 2020). No contexto neoliberal, a educação e a formação profissional estão subsumidas à mercantilização dos direitos. Devido ao processo de mercantilização da educação, do crescimento de cursos profissionalizantes em redes privadas de ensino e do desfinanciamento/subfinanciamento da educação pública, a educação e, com ela, o processo formativo são cooptados pelos interesses do capital para fornecer conhecimentos e pessoal qualificado “à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses [da classe economicamente dominante]” (Mészáros, 2008, p. 35).

Felizmente, a promoção da formação antirracista de assistentes sociais repercute diretamente no combate à produção e à reprodução do sistema capitalista. No campo da produção, o incentivo da formação antirracista pode levar os assistentes sociais a questionarem de forma ainda mais qualificada o direcionamento de negros para a informalidade laboral; para o desemprego ou para condições de vida insalubres e deletérias. Dessa forma, e não por acaso, questionar o *modus operandi* do capitalismo e como o racismo é tão funcional a tal sistema. No campo da reprodução, tal formação antirracista pode oportunizar o questionamento das bases ideológicas e políticas do capital; compreende o racismo como fenômeno histórico e contrário aos avanços da modernidade, bem como responsável por determinar, por exemplo, o encarceramento em massa de negros e o crescimento de Mortes Violentas Intencionais de Negros.

Ainda em relação às informações divulgadas pelo relatório, especificamente às relacionadas à disponibilidade de acervo bibliográfico especializado sobre a questão étnico-racial no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social, 51,4% dos coordenadores informaram que possui parcialmente, 42,9% afirmaram que não possui e somente 5,7% alegaram existência. Cabe destacar rapidamente que o Serviço Social, como profissão e área de conhecimento (Mota, 2013), já detém considerável produção intelectual sobre a questão étnico-racial, precipuamente resultante de pesquisas de mestrado e doutorado, largamente socializadas através dos periódicos da área e incorporadas ao projeto político pedagógico da profissão em desenvolvimento (Santana; Ferreira, 2019).

O largo acervo de referências bibliográficas sobre a questão étnico-racial e formação social brasileira; questão étnico-racial e economia política; questão étnico-racial e ética profissional; questão étnico-racial e fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social; questão étnico-racial e movimentos sociais; questão étnico-racial e política

Pertença étnico-racial com Agrupamento de Negra/Preta/Parda, p. 30. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

social; questão étnico-racial e processo de trabalho dentre outros referenciais pode ser encontrado na plataforma antirracista.

Não obstante, o levantamento e organização do acervo bibliográfico sobre a questão étnico-racial e de sua relação com outras temáticas fazem do Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento: uma categoria profissional comprometida com a educação de qualidade; com a defesa do entendimento da totalidade e das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do racismo na realidade brasileira. Mais que isso, faz do Serviço Social uma profissão com significado social capaz de desvendar “possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02–03).

Ainda em relação ao relatório, no que se refere ao perfil dos docentes dos Programas de Pós-Graduação que ministram aulas, 71,1% são negros ou indígenas de um total de 71 docentes. Em relação aos docentes que pesquisam sobre as relações étnico-raciais, o relatório informa que 82,9% do total de 61 docentes desenvolve pesquisas relacionadas à temática. É interessante notar que essas últimas informações talvez revelem que os docentes que ministram disciplinas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e que desenvolvem pesquisas relacionadas à questão étnico-racial dispõem de uma formação generalista, algo bastante relevante quando tratado do ponto de vista de incentivo a uma formação antirracista de assistentes sociais pela capacidade de relacionar assuntos diversos com a temática étnico-racial (Caputi, 2016).

Mais que isso, os dados abrem margens para uma prospecção acerca da possibilidade da Pós-Graduação em Serviço Social, enquanto espaço de formação permanente, oferecer às atuais e futuras gerações de profissionais aproximações com a temática étnico-racial, dessa forma, se constituindo como espaço de qualificação do pensamento crítico e antirracista. Como ambiente de troca de experiências entre docentes, pesquisadores e profissionais acerca das estruturas dinâmicas sobre as quais os assistentes sociais operam, desenvolvem suas pesquisas e se constituem como sujeitos políticos, os espaços de formação, tanto ao nível de graduação quanto de Pós-Graduação, são essenciais para formação de profissionais antirracistas que consigam articular teoria e prática em seu exercício profissional na perspectiva de promover equidade e viabilizar direitos sociais; por isso, são espaços que devemos defender contra as investidas neoliberais.

Considerações finais

Poucas profissões se propõem a promover uma formação antirracista! Igualmente, são poucas as profissões guiadas por um projeto ético e político com “direção social vinculada aos interesses da classe na qual se insere, no caso, a classe trabalhadora” (Cardoso; Nunes; Rodrigues, 2020, p. 73). Ao promover uma formação antirracista numa sociedade habituada ao racismo, o Serviço Social ratifica seu compromisso ético e político com a emancipação humana; com a liberdade; com os direitos humanos; com a cidadania; com a democracia; com a justiça social e com o respeito à diversidade, não só para com a classe trabalhadora geral, mas também para com seus próprios pares, por ser o Serviço Social brasileiro: uma profissão majoritariamente negra e predominantemente feminina (CFESS-CRESS, 2022).

A formação de assistentes sociais antirracistas e com ela uma perspectiva de erradicação do racismo revela o potencial do projeto político pedagógico do Serviço Social em articular o combate ao racismo com as dimensões que orientam as DCs do processo formativo em Serviço Social. Ao incentivar uma formação profissional que reconheça o racismo como estruturante das relações sociais, como integrante do capitalismo e também como fundante da questão social, a profissão articula, qualificadamente, a dimensão de totalidade a respeito dos fundamentos da vida social com os estudos críticos sobre a formação social brasileira. A partir desse movimento, possibilita compreender o racismo não como fenômeno isolado ou estático, mas dotado de articulações e de dinamicidade. Igualmente, ao promover uma formação antirracista com direcionamento ao exercício profissional, o Serviço Social instrumentaliza os agentes profissionais para combater de forma crítica, qualificada, propositiva e política toda e qualquer forma de racismo, preconceito ou discriminação racial, assim, não apenas fortalecendo o núcleo formativo e do exercício profissional, mas também contribuindo na luta da população negra contra o racismo estrutural e institucional.

Em suma, o Serviço Social brasileiro compreendeu que o incentivo a processos formativos de profissionais antirracistas é axial para combater e erradicar o racismo de todas as relações sociais que estruturam a sociedade nacional, e ao ter compreendido essa importância, a categoria profissional se coloca como profissão que reconhece a necessidade histórica do fomento de práticas antirracistas por uma perspectiva de totalidade, de necessidade e de possibilidade.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Diretrizes Curriculares. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 01 maio 2024.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**, Brasília, DF, n. 7, p. 58–76, 1997. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.

Acesso em: 01 maio 2024.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Relatório da pesquisa sobre “A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da pós-graduação na área de Serviço Social nos últimos cinco anos (2017-2022)”. 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-final-sobre-a-pesquisa-etnicoracial-na-posgraduacao-202212261651198092820.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social.

2018. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. 80 anos de Serviço Social no Brasil organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456–475, set./dez. 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2024.

ALMEIDA, Silvio L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BEHRING, E. R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

CARDOSO, Priscila F. G.; NUNES, Heloíse Helena P.; RODRIGUES, Terezinha de Fátima. Serviço social e formação permanente: possibilidades de superação de cotidianos de alienação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 72–80, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/qFKscmJy4ydKM8pD5VwhNgz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2024.

CAPUTI, Leslieane. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389–394, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/4sCD3tTKhZ4zBZt4BJ9gMXp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2024.

CARVALHO, José J. de. Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora. **Mana**, v. 28, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/PSNMmnvKsFYcTkQBc4pNnHR/#>. Acesso em: 14 set. 2024.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, DF: CFESS, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, dez 2003. Disponível em: <https://qa1.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 set. 2024.

CORREIA, Aline N. S.; ALCANTARA, Itamires L. S. Serviço Social e questão racial no Brasil: aportes para o debate. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 1, p. 56–74, 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/0101-6628.303>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qmjPjSG976NKYnHgrRyr7Kj/#>. Acesso em: 01 maio 2024.

COSTA SILVA, Gracielle da. A relevância das cotas raciais como ferramenta de transformação da realidade social da população negra brasileira. **REIA: Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, ano 3, v. 3, n. 2, p. 59–76, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/reia/article/view/229994>. Acesso em: 01 maio 2024.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita**. Petrópolis, SP: Vozes, 1989.

EUFRAZIO, Francisco F. Mortes violentas intencionais dos/as negros/as brasileiros/as: ensaios sobre seus determinantes. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p.122–140, jan./jun. 2023. DOI 10.34019/1980-8518.2023.v23.40727. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/40727/25983>. Acesso em: 14 set. 2024.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; Coedição: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.

GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília, DF: v. 11, n. 22, p. 125–158, 2012. DOI 10.22422/2238-1856.2011v11n22p125-158. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2141>. Acesso em: 14 set. 2024.

IAMAMOTO, M. V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf\(=pt](http://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf(=pt). Acesso em: 22 jun. 2025.

LIMA, Maria Janete de. **Análise das políticas de assistência estudantil**: pensando as formas de permanência estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal. 2022. 196 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/16988>. Acesso em: 14 set. 2024.

MASCARENHAS, Naiara C. dos S. Questão racial e formação profissional em Serviço Social na era neoliberal: desafios internos e externos à categoria. **Em Pauta**: teoria social & realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 166–180, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/76089>. Acesso em: 14 set. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTA, Ana E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17–27, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/9kN3x6tySLZWBNGKsHk4rbS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 maio 2024.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 3. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 3. ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1987.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NETTO, José P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno**. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006. 252 p.

SANTANA, Joana V.; FERREIRA, Benedito de Jesus P. Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção de um Projeto Educacional Classista. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 31–44, 2019. DOI 10.15448/1677-9509.2019.1.31433. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/31433>. Acesso em: 14 set. 2024.

SANTOS, Thamires Costa Meirelles dos. Contribuições para o aprofundamento do debate étnico-racial na formação em serviço social a partir de Lélia Gonzalez. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 232–241, maio/ago. 2022. Disponível em: [scielo.br/j/rk/a/Rb9krf8w7KHsMBRYFgJJvxM/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/rk/a/Rb9krf8w7KHsMBRYFgJJvxM/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 14 set. 2024.

SANTOS, Maria Aparecida L. dos. A tecnificação das Ciências Humanas nas políticas curriculares para o ensino médio: pedagogização do conhecimento escolar e instituição de uma nova economia moral. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 105, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/ctG83PLYGHGWKV7WyyLP7Qk/#>. Acesso em: 14 set. 2024.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34–51, jan./abr. 2019. Disponível em: [scielo.br/j/sssoc/a/dQkqhYS3WDkMNX3N44JCKf/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dQkqhYS3WDkMNX3N44JCKf/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 14 set. 2024.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 11–21, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RyBwcJVRVXSbzhfydghz9Xf/#>. Acesso em: 14 set. 2024.

Submetido em: 23/10/2024

Revisto em: 1/3/2025

Aceito em: 2/4/2025